



Narrativas de um tombamento: de Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira a Museu Vivo da Memória Candanga

Autores:

Daniela Pereira Barbosa - Universidade de Brasília - barbosa.dnl@gmail.com

Maria Fernanda Derntl - Universidade de Brasília - mariafernanda_d@yahoo.com.br

Resumo:

Este trabalho aborda o processo de patrimonialização dos remanescentes do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira - HJKO em 1985, transformado em Museu Vivo da Memória Candanga em 1990. A pesquisa investiga a maneira como discursos de valorização da figura do candango foram construídas com o intuito de justificar o tombamento do HJKO. Como modo de compreender as leituras que foram feitas deste remanescente, apoiamos-nos em seu processo de tombamento, que esteve envolto em uma trama que envolveu o resgate da imagem da construção de Brasília, seus mitos e personagens. Nossas discussões estão focalizadas em como versões da história foram valorizadas, construindo uma narrativa patrimonial em que inúmeras vozes, por vezes conflitantes, fazem parte e se complementam. O objetivo foi trazer ao debate esta trama complexa de atores que culminou no tombamento do HJKO, analisando ainda o processo de transformação em Museu Vivo da Memória Candanga.

NARRATIVAS DE UM TOMBAMENTO:

de Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira a Museu Vivo da Memória Candanga

“Brasília só pode estar aí como a vemos e já deixando entender o que será amanhã, porque a Fé em Deus e no Brasil nos sustentou, a todos nós, a esta família aqui reunida a vós todos 'candangos' a que me orgulho de pertencer.” *(Juscelino Kubitschek, Discurso Inaugural de Brasília. O trecho abre a visita do Museu Vivo da Memória Candanga, antigo Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira)*

Neste trabalho¹ analisamos narrativas acerca do tombamento dos remanescentes do Hospital Juscelino Kubitschek – HJKO, em Brasília, transformado em Museu Vivo da Memória Candanga em 1990. A intenção é mostrar que tais narrativas, expressas na documentação reunida pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal – Secult, mobilizaram a imagem da figura do candango, apropriando-se assim desse tópico fundamental dos discursos políticos em circulação na época de construção de Brasília. O conjunto dos remanescentes do HJKO foi tombado por meio do Decreto nº 9.036, de novembro de 1985 pelo então governador do Distrito Federal José Aparecido de Oliveira. O reconhecimento como patrimônio se deu em nível local, sendo este conjunto um patrimônio distrital sob a égide da Secult, mais precisamente da Subsecretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Cultural – Suphac. É lá que se encontra o a documentação de tombamento dos remanescentes do HJKO e dos demais bens tombados pelo Governo de Brasília. O acervo do Museu Vivo da Memória Candanga é composto tanto pelas edificações históricas, que revelam a tipologia da construção de Brasília, quanto pelos objetos de uso cotidiano dos candangos e fotos da época.

Entende-se aqui o patrimônio como uma seleção de objetos e tradições merecedores de proteção, levando em consideração a complexidade das relações sociais que dão espaço para interpretações diversificadas. Na extensa bibliografia pertinente, podemos destacar autores como Alois Riegl, em *O culto moderno dos monumentos* (2014), Dominique Poulot em *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores* (2009) e Françoise Choay, em *A alegoria do patrimônio* (2001). Conforme destacou Poulot, “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (POULOT, 2009, p. 12), o que nos faz refletir sobre quais discursos foram

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado ainda em curso na FAU-UnB que analisa o patrimônio das cidades satélites de Brasília.

oficialmente apropriados e patrimonializados pelo Governo Local, e, a partir disso, qual ou quais representações se colocam em evidência por meio de seu patrimônio edificado.

Também foram importantes para este trabalho estudos sobre o patrimônio específico de Brasília. O assunto é tema de publicações do Iphan, como *Roteiro dos acampamentos pioneiros do Distrito Federal* e *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*, ambos de 2016. Nos dois trabalhos podemos perceber como um organismo oficial, o Iphan, reconhece essas remanescentes de acampamentos de obras de Brasília como sendo dignas de proteção. Além disso, trazem o processo histórico de formação desses acampamentos. Também temos os trabalhos de Maria Cecília Gabriele, cuja tese *Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania. Museu Vivo da Memória Candanga* (2012) e artigos sobre o HJKO, como *Museu Vivo da Memória Candanga: a musealização do patrimônio arquitetônico* (2010), que nos auxiliam na compreensão de formação, trajetória, tombamento e transformação em museu do HJKO.

A importância do Plano Piloto de Brasília como definidor da imagem icônica da capital está presente em justificativas do tombamento do HJKO, e por isso trazemos ao debate autores como Sandra Bernardes Ribeiro em *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural* (2004), que trata do tombamento de Brasília contextualizada na trajetória da noção de patrimônio no Brasil. Também Tiago Perpétuo em *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília* (2015), trata dos discursos que construíram o processo patrimonial do Plano Piloto de Brasília, e auxilia-nos a compreender as diversas vozes envolvidas em um contexto de patrimonialização.

O processo de tombamento do HJKO pode ser relacionado a um contexto mais amplo de valorização patrimonial. No século XX, de acordo com Ribeiro (2004), “começam a ser inseridas no patrimônio as preocupações com o meio ambiente e as produções dos ‘excluídos’, ou seja, passam a ser objeto de preservação da memória dos operários, dos imigrantes e das minorias étnicas”. (2004, p. 48). O tombamento vem sendo entendido como ligado mais às tradições sociais do que simplesmente à monumentalidade, e foi a partir de 1945, com a criação da Unesco, que vêm surgindo iniciativas² voltadas para a preservação ligadas muito mais à sociedade e valores locais do que apenas à monumentalidade do bem. Esta transformação do conceito de patrimônio é relevante para entender como tais iniciativas são trabalhadas em Brasília. No caso do HJKO, há a construção da narrativa patrimonial em que se valoriza uma obra não-monumental.

A imagem de Brasília como epopeia ligada especialmente à época da construção permite avançar no entendimento da representação do HJKO enquanto remanescente deste período. Durante a construção da cidade, JK encontrou uma forte oposição política em seu governo, e para conseguir concretizar Brasília, necessitou investir na sua concepção enquanto símbolo de união nacional. O livro *O Capital da esperança* (2008), de Gustavo Lins

² Foi, por exemplo, em 1995 que foi tombado o Quilombo Oriximiná, no Pará. Em 2006, foram tombados os Lugares indígenas sagrados denominados Kamukuwaká e Sagihenku – Alto Xingu, estado do Mato Grosso.

Ribeiro conta a história da construção de Brasília sob o viés do trabalhador. David Epstein em *Brasília: plan and reality* (1973), realiza um apanhado da formação das cidades satélites, contribuindo para a visão sobre sua formação. Sobre a proposta da mudança da capital temos Laurent Vidal em *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital – séculos XIX-XX* (2009), que demonstra como, ao longo da história brasileira, as diversas tentativas de transferência da capital do Brasil representariam interesses que justificariam organizações políticas e sociais, tendo como lema o símbolo de um novo projeto de *sociedade* – além de cidade. Outra contribuição relevante é a tese de doutorado de Luísa Videsott *Narrativas da construção de Brasília: mídias, fotografias, projetos e história* (2009), que analisa a imagem pública da construção da Capital, principalmente por meio de mídias impressas. Tais contribuições trazem principalmente a problematização do discurso mítico subjacente a consolidação simbólica e idealizada de Brasília.

A documentação básica utilizada para esta análise é o *Dossiê do Processo de Tombamento dos Remanescentes do HJKO*, de 1985 e de autoria múltipla³, que reúne textos e documentos de origens diversas de modo a formar uma narrativa coesa acerca do tombamento. O dossiê está composto pelos seguintes itens: 1. Apresentação; 2. Histórico; 3. Estado de Conservação; 4. Justificativa; 5. Planta de Situação; 6. Planta de Hospital – agenciamento básico original; 7. Planta de Hospital – materiais e conservação; 8. Situação atual do acampamento; 9. Ofício Juiz Federal da 3ª vara II; 10. Mandado de Citação; 11. Ação Popular; 12. Pedido de Tombamento – Nilton Rosa; 13. Parecer da 8ª Diretoria Regional do SPHAN; 14. Fotografias do Conjunto HJKO; 15. Recortes de Jornal. A documentação foi resultado da atuação da equipe de técnicos que coletaram fontes documentais, tais como processos jurídicos, plantas arquitetônicas e matérias de jornais. A equipe também foi responsável pelo desenvolvimento de textos do dossiê, como a apresentação e histórico. Para análise deste processo, remeteremos, inicialmente, a discursos políticos da fundação de Brasília, buscando mostrar, em seguida, o modo como foram apropriados ao processo de tombamento.

O DISCURSO DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

São vários os mitos que envolveram a epopeia da construção de Brasília, levada a cabo pelo presidente Juscelino Kubitschek a partir de 1956 e com inauguração em 1960. Aos poucos, JK “envolve a construção da nova capital em um casulo mitológico que a torna impermeável a qualquer ataque e que faz dela o ponto de convergência de todas as esperanças brasileiras e de todas as aspirações nacionais” (VIDAL, 2009, p. 243). Deste modo, a intenção seria colocar em sintonia os interesses do desenvolvimento do país com a ideia da construção de Brasília. Quem era contra Brasília, nesta lógica, seria contra o Brasil, e JK e seus apoiadores tinham como uma das metas, de acordo com Laurent Vidal (2009), blindar o projeto de Brasília de qualquer crítica vinda dos adversários. Dentre os mitos que permeavam Brasília, Vidal (2009) resume de forma clara a trama que se construiu: “o espírito independentista e nacionalista, a legalidade republicana, a nacionalidade científica e a fé católica” (2009, p. 271).

³ A documentação é composta por um conjunto de documentos datilografados de autoria da equipe técnica, que é formada por Denise Telles de Menezes, Ieda Maria Carvalho Garcia, Libania Lopes Calezon e Luana LeRoy Nogueira.

Para que a cidade fosse inaugurada a tempo, foi necessário um grande número de trabalhadores dispostos a dispensar um grande esforço nas obras. Uma das grandes atratividades para o trabalhador era a oferta abundante de trabalho, especialmente na construção civil, com a possibilidade de realizar horas extras extensas, o que lhes rendia maiores salários. Ribeiro (2008) afirma que houve diversas formas de exploração desta mão de obra, e que leis trabalhistas, no geral, não precisavam ser cumpridas em Brasília. A esse grupo de trabalhadores consagrou-se historicamente a denominação de *Candangos*. O termo sofreu modificações ao longo dos anos (VIDESOTT, 2009), e era pejorativo em suas origens⁴. No início da construção de Brasília, ele é resgatado e utilizado para designar o homem solteiro que vinha para trabalhar na construção. Já em 1960, de acordo com Videsott (2009), o termo indica todos os que trabalham para erguer a cidade, indo desde os operários, engenheiros e comerciantes até figuras como Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek. Em suma, “o termo define, de maneira geral, o pioneiro que mudou para o Planalto pois confiou no Sonho-Brasília, e ganha o estatuto de sinônimo de pioneiro, desbravador, homem do progresso” (VIDESOTT, 2009, p. 193). Deste modo, ao reunir todas as qualidades de identidade nacional ligadas ao desenvolvimentismo deste período político, entra também nas falas oficiais de JK, representando também uma imagem de Brasília. Na citação inicial deste artigo, trazemos um trecho do discurso de JK na inauguração da cidade dirigido aos operários que construíram a capital⁵. Nela, o então presidente se inclui como parte dos *candangos*, exaltando tanto o termo quanto os trabalhadores, quando continua, em seu discurso de tom quase profético, que “um dia virá alguém que fixará no papel a vossa vida de candangos. As gerações futuras desejarão saber tudo o que aconteceu na Capital da Esperança” (BRASIL, p. 143).

A imagem consagrada do operário da construção que Juscelino e seus apoiadores ensinam glorificar faz parte de um dos tantos personagens mitológicos que justificam a construção de Brasília. Tiago Perpétuo (2015) destaca três narrativas bastante associadas à Brasília, em especial seu Plano Piloto, e que dão sentido a vários discursos patrimoniais: 1. uma delas diz respeito à sua suposta pré-existência histórica em nível simbólico, pois a ideia da mudança da capital era antiga; 2. outra, e aqui se focaliza nossa análise para este artigo, enfoca seu surgimento como uma “aventura de contornos heroicos”, estando inseridos nesta narrativa os *candangos* enquanto “heróis anônimos”, e os remanescentes da construção, como memórias deste período, lhes conferindo valorização histórica; 3. e a última que apresenta Brasília como “a cidade que melhor representa os preceitos modernos em arquitetura e urbanismo”. Esta última, de certo modo, contribui para um discurso que legitima a “limpeza social” no entorno imediato do Plano Piloto, que será abordado brevemente neste artigo com o caso da Vila do IAPI e as origens de Ceilândia.

A imagem de Brasília ligada à aventura heroica de sua construção se consagrou como uma das narrativas que contam a história da cidade. Foi necessário, de acordo com Perpétuo (2015), “costurar uma parceria com os guerreiros anônimos que estariam ombreados a JK em espírito de aventura e aspiração pela vitória: os trabalhadores da construção” (2015, p. 49). A mídia da época promoveu a divulgação de uma narrativa sobre os construtores da

⁴ Sinônimo de sujeito ruim. Os africanos designavam assim, pejorativamente, os portugueses.

⁵ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1960/20.pdf/view>. Acesso em 9-11-2018.

capital como mediadores da integração nacional, o que exerceu um papel essencial na sedimentação desta figura gloriosa do candango após a inauguração de Brasília. Luísa Videsott (2009), analisa o papel de vinculações da imagem do candango em meios de divulgação oficial que ajudaram na construção da memória coletiva.



Figura 1. Discurso midiático e governamental que se apropria e divulga uma imagem positiva do construtor de Brasília. 1. Revista Manchete, 1960. Fonte: Videsott, 2009 p. 191. 2. Propaganda da Castrol Lubrificantes, elaborada atendendo à solicitação da Comissão das Solenidades de Instalação do Governo da Nova Capital. Fonte: Videsott, 2009, p. 213. 3. Propaganda Ibope, na revista PN, Rio de Janeiro, 1960. Fonte: Videsott, 2009, p. 204.

Outro ponto que é discutido por David Epstein (1973) é a ideia de democracia e igualdade que o período de construção apresentava. Todos, engenheiros, médicos e trabalhadores civis, habitavam em casas de madeira nos acampamentos de obras, frequentavam os mesmos locais e partilhavam de um mesmo espaço de convivência social. Durante este período haveria uma espécie de “democracia de fronteira”, nas palavras do autor. Esta aparente igualdade, porém, não perdurou após a inauguração da cidade. Mesmo que o Plano Piloto de Lucio Costa, vencedor do concurso, previsse uma cidade mais igualitária, “a idealizada mesclagem social, onde conviveriam cidadãos de todos os grupos sociais nas recém-criadas ‘superquadras’ do Plano Piloto, foi abandonada desde os primeiros anos da cidade ainda em formação (VIANNA, 2016, p. 138). Os operários, assim, não tinham mais seu lugar na cidade depois de inaugurada. Com a conclusão das obras principais, de

acordo com Marcio Vianna (2016), “deflagrou-se o processo da investida oficial contra os acampamentos até então ‘provisórios’, cuja missão estaria cumprida: muitos foram demolidos, total ou parcialmente, e todos passaram a ser rigorosamente controlados” (VIANNA, 2016, p. 137). A imagem democrática associada aos canteiros de obras ainda assim prevaleceu como parte de um passado de união e esperança, inclusive com vinculações da mídia, que retratavam, por exemplo, Oscar Niemeyer como habitante dos canteiros de obra, igualando-se aos operários (VIDESOTT, 2009).

A desmistificação destas representações, claro, não interessava aos atores hegemônicos do processo político em que Brasília estava envolta. Com a cidade fundada, de acordo com Videsott (2009), surge o apelido de *piotário* – contração de pioneiro com otário, para designar os peões de obras que, após erguer a cidade com grande esforço, não gozaram de nenhum privilégio. Ainda assim, a representação do candango como herói de Brasília foi reforçada, por exemplo, com a escultura *Os Guerreiros* – também conhecida como *Os Candangos* – de Bruno Giorgi, que se encontra na Praça dos Três Poderes e se tornou um dos símbolos de Brasília. As narrativas sobre o assunto são amplas e diversificadas. Outra questão abordada por Videsott (2009) e Ribeiro (2008), por exemplo, é a exploração do candango no campo do trabalho, e como eles – os candangos – relataram momentos de tensão ao longo do processo da construção da cidade. As revoltas que aconteciam eram fortemente reprimidas pela GEB – Guarda Especial de Brasília. Diante da diversidade de representações, buscamos a compreensão da operação historiográfica assinalada pela criação de uma imagem que levou às justificativas patrimoniais pela escritura de uma versão sobre o passado. Afinal, a versão histórica que foi apropriada como parte do discurso patrimonial não apresenta a complexidade dos discursos presentes na história.

Percebemos que houve uma tentativa de amenizar os conflitos, tanto políticos quanto ideológicos e sociais existentes, fazendo parecer que prevalecia a unanimidade em prol do projeto Brasília e de seu sucesso. Juscelino, de acordo com Vidal (2009), talvez não tenha pensado a fundação da cidade com todos estes rituais, mas certamente tomou consciência da importância de tais momentos. O que Vidal propõem é “o que o sociólogo Jean Duvignaud chama de ‘reconstrução utópica’ da fundação de Brasília, a partir de dados registrados durante os quatro anos da construção” (VIDAL, 2009, p. 244). Assim, a história de Brasília foi contada agregando-se esses rituais e dando-lhes importância. Ao mesmo tempo que a cidade se edificava, novos rituais e mitos foram sendo estruturados, e a valorização dos candangos enquanto heróis anônimos era parte deste discurso mitológico.

Uma consequência da valorização da figura do operário se espelha no discurso de preservação dos remanescentes dos acampamentos de obras. Perpétuo (2015) demonstra como a narrativa da construção da cidade como uma epopeia iria, nos anos 1980, construir uma das justificativas para o tombamento do Plano Piloto de Brasília. O HJKO é resgatado, em termos patrimoniais, como uma afirmação dessa história, cumprindo com exatidão os requisitos para a preservação da memória da construção, em um discurso que embasaria também o tombamento do Plano Piloto. Como símbolo de uma das bases que fez com que Brasília fosse edificada – a construção da cidade –, o HJKO estava inserido em uma narrativa que ia de encontro à construção simbólica do candango como símbolo de Brasília, apoiando-se em um passado de glória desses operários e de JK. No Processo de Tombamento do HJKO

temos como uma das justificativas o fato de que as edificações seriam o maior conjunto remanescente ainda em pé, o que afirma a importância atrelada a esta memória – vinculada pela mídia pós-inauguração de Brasília e, mais tarde, resgatada pelas instituições que apoiaram o tombamento do local.



Figura 2: Capa do processo de tombamento dos remanescentes do HJKO. Foto: o autor.

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E A TRAJETÓRIA DO HJKO

O HJKO, construído em madeira, é um dos remanescentes da construção de Brasília, e seu projeto foi concebido pelo escritório da Novacap, cujo Departamento de Urbanismo e Arquitetura, era dirigido pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Não se sabe, porém, quem é o autor preciso do projeto de arquitetura. Seu nome original era Hospital do IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Teria inicialmente caráter provisório, estando prevista a sua destruição – assim como a de todas as edificações presentes nos acampamentos de obras – quando da inauguração de Brasília. Os acampamentos de obras continham uma estrutura básica para suprir as necessidades de comércio, serviços e moradia durante a construção. Inaugurado em 1957, e estando localizado entre os dois primeiros acampamentos de obras (Cidade Livre, Velhacap), o HJKO foi implantado, de acordo com Gabriele (2010), “para dar apoio a todos os trabalhadores que viviam a intensa rotina da construção” (2010, p. 3).

Até 1960 “o HJKO foi o único hospital a funcionar no DF, responsável por todo o atendimento médico da cidade” (Iphan, 2016, p. 40). A partir de então ele foi perdendo importância, funcionando como posto de saúde até 1973 quando, com a inauguração dos serviços de saúde regulares do Núcleo Bandeirante, foi totalmente desativado. O local então passou a ser conhecido como “Conjunto JKO”, e suas instalações foram ocupadas para moradia informal tanto por parte de ex empregados do hospital quanto de novos moradores que chegaram. Importante destacar o contexto imediato em que se encontravam os remanescentes do Hospital, pois seu processo de tombamento envolve considerar também as iniciativas anteriores por parte da Novacap no sentido de organizar e controlar a ocupação dos arredores do Plano Piloto. Alguns antigos acampamentos de obras que se encontravam

ao redor, de acordo com Gabriele (2010), se fixaram como Regiões Administrativas de Brasília, e suas construções de madeira passaram a ser substituídas por outras, de alvenaria. É o caso, entre outros, do Núcleo Bandeirante e da Candangolândia. Há que se destacar, conforme escreve Gabriele, “a capacidade de articulação da população que conseguiu manter-se na área e foi aos poucos revertendo a situação e transformando o caráter provisório dos assentamentos em bairros com infraestrutura urbana adequada e reconhecimento do Estado” (2010, p. 5). O conjunto JKO agregava e atraía moradores, especialmente por estar localizado entre a Candangolândia e o Núcleo Bandeirante. Em seus arredores criou-se a Vila do IAPI, uma grande ocupação irregular que, a partir de 1971 teria seus moradores transferidos para à Ceilândia. Epstein (1973) alega que a administração da Novacap, de início, se limitou a apenas tentar impedir ou crescimento da Vila do IAPI, pois

“desde o início, a Vila do IAPI era oficialmente uma órfã. Nenhum departamento governamental teria assumido a responsabilidade por ela. Ela não possuía nenhum apelo que a tornasse um atrativo político ou administrativo” (EPSTEIN, 1973, p. 113, tradução nossa).

Um dos motivos alegados pelo autor é de não haver eleições no Distrito Federal, o que não favorecia um olhar político mais atento à ocupação. Além disso, uma remoção forçada dessa população poderia trazer uma forte resistência, além de alto custo governamental. Ainda de acordo com Epstein (1973), existiam mais benefícios em morar na Vila do IAPI do que em pequenas ocupações que se formavam no Plano Piloto, devido, especialmente às proporções da Vila, o que de certo modo promovia uma maior organização comunitária. Com a crescente população de migrantes, a administração decidiu pela criação precipitada de cidades satélites, fugindo ao planejamento inicial. “A tese era que as cidades satélites deveriam aparecer depois. No entanto, aconteceu o contrário, a cidade ainda estava em construção e as cidades satélites se desenvolviam rapidamente” (VIDAL, 2009, p. 223). Taguatinga foi a primeira delas formalmente inaugurada, em 1958. Contou com um plano piloto modernista, e tinha como objetivo alocar trabalhadores que ocupavam áreas irregulares nos arredores do Plano Piloto de Brasília.

Por fim, em março de 1967, foi realizada uma conferência para discutir o destino da Vila do IAPI. Os participantes da conferência – que não contava com nenhum habitante da Vila do IAPI, rejeitaram a permanência deste assentamento e de quaisquer outros que poderiam vir a surgir. Um importante motivo para tal seria, de acordo com Epstein (1973), o orgulho de Brasília enquanto cidade moderna, e como os assentamentos irregulares eram incompatíveis com esta imagem. Laurent Vidal (2009) acredita que, na tentativa de ignorar as contradições da sociedade brasileira, Brasília terminaria por reproduzi-las de maneira caricaturada. De formação diferente dos antigos acampamentos de obras, Ceilândia teve origem por meio de um programa de remoção de moradores da Vila do IAPI para um local mais distante, onde receberam lotes de terra.



Figura 3: Vila do IAPI. Fonte: Processo de Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia.

Em 1971 Ceilândia abrigaria aproximadamente 14 mil famílias removidas. Com a erradicação da Vila do IAPI, o HJKO continuou abrigando moradores até a completa remoção, em 1984.

Chama atenção o fato de que a preservação de Brasília enquanto Cidade Modernista e ameaçada de descaracterização foi uma das justificativas que angariaram seu tombamento em 1987 pelo governo local, ou seja, alguns anos depois do contexto analisado neste artigo. Mais antigas são as discussões que tiveram como pauta a preservação do desenho de Lucio Costa para a cidade, e em consequência seu entorno imediato, como foi o caso do Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, em 1974. Os “problemas urbanos”, com especial destaque para as ocupações irregulares, foram enfatizados, o que demonstra que houve uma preocupação em afirmar e proteger o desenho do Plano Piloto de Lucio Costa. A remoção da Vila do IAPI se concretizou em um contexto em que se primava pela erradicação de ocupações irregulares. O HJKO, em contrapartida, foi poupado.

Os estudos acerca da preservação do Plano Piloto já com intenções patrimoniais estavam em curso desde 1981, com a criação do GT-Brasília. O grupo, inclusive, teria recomendado a preservação de exemplares remanescentes de antigos acampamentos de obras. Portanto, a preservação do HJKO, afinal, era entendido, neste contexto, como parte de um plano maior de preservação de uma das imagens do Plano Piloto: aquela ligada à epopeia da construção. Enquanto o remanescente carregava este valor simbólico, uma ocupação aos moldes da Vila do IAPI não poderia se estabelecer. Interessava, nesse sentido, que a periferia do Plano Piloto se mantivesse organizada.

Em 1985 o HJKO foi tombado. Sendo o primeiro patrimônio do Distrito Federal decorrente de um pedido popular⁶ que representa a memória da construção de Brasília,

⁶ O Catetinho foi o primeiro remanescente da construção de Brasília tombado, em 1959, a pedido de Oscar Niemeyer.

abriu também espaço para uma série de outras iniciativas desse tipo no Distrito Federal⁷. Neste artigo, analisamos o dossiê de tombamento do HJKO, articulando vozes e discursos que contribuiram para firmar uma narrativa patrimonial. Sem a intenção de esgotar essas vozes, nossas análises concentram esforços no entendimento da valoração que concedeu o título de patrimônio ao HJKO, retomando seu passado, sua história e os vários personagens envolvidos na construção do seu tombamento.

O PROCESSO DE TOMBAMENTO

O processo de tombamento tomou impulso no ano de 1983, em razão da tentativa de demolição do que restava do Hospital pelo IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, então proprietário do local, a fim realizar novas construções. A partir disso houve um processo de organização comunitária que impediu o ato, encabeçado pelo presidente da Associação de Moradores da Vila HJKO Nilton Rosa, professor e morador da área. Um marco fundamental foi a concessão de liminar para impedir a demolição, concedida no mesmo ano de 1983 pelo juiz Dário Abranches Viotti. Concomitantemente, pediu-se o tombamento dos remanescentes do HJKO por meio de um ofício que foi encaminhado em setembro de 1983, por Nilton Rosa, ao presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. As principais justificativas para a preservação giraram em torno da importância histórica do bem, principalmente por ter sido o primeiro hospital de Brasília e por estar sendo ameaçado de destruição.

De acordo com uma reportagem da época, (anexada ao Processo de Tombamento, sem nome e sem data), intitulada “Moradores querem Hospital de volta”, os habitantes do HJKO ansiavam por sair do local e obter moradia na Candangolândia. No HJKO, de acordo com a reportagem, o IAPAS proibia uma série de coisas, por exemplo, durante 20 anos a população ficou sem telefone, e apenas conseguiram quando recorreram à Telebrasil. Outro inconveniente era a proibição de comércio ao redor da área, o que fez a única quitanda do local ser fechada. Também, de acordo com relatos publicados na referida matéria, se algum habitante adquirisse algum móvel ou eletrodoméstico, por exemplo, a entrega era barrada nos portões de acesso pelos funcionários do IAPAS. Deste modo, não apenas eles ansiavam pelo tombamento, mas também almejavam uma habitação definitiva.

Tanto o Sphan, quanto a Fundação Pró-Memória e o GT-Brasília são órgãos citados como ativos no Processo de Tombamento, tendo tido papel imprescindível no estudo, entendimento e recomendação de tombamento dos remanescentes do HJKO. As plantas arquitetônicas que se encontram no processo de tombamento são de autoria do Sphan, e é de autoria do GT-Brasília um ofício que recomendou medidas imediatas de proteção do conjunto. A Fundação Pró-Memória, por sua vez, recebeu ofício de Nilton Rosa com a incumbência de examinar o pedido de tombamento do HJKO e produziu, em seguida, parecer favorável à preservação do Conjunto. Ademais, alguns membros da sociedade tiveram papel ativo neste percurso, como foi o caso do já citado Nilton Rosa. O presidente

⁷ Foram tombados a Igreja São Geraldo, no Paranoá em 1993; o Centro de Ensino Metropolitana, no Núcleo Bandeirante em 1995; e a Igreja São José Operário, na Candangolândia em 1998. Todos são construções em madeira e remanescentes de acampamentos pioneiros.

da associação de moradores contou também com apoio, segundo jornais da época⁸, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Associação Comercial do Distrito Federal, de membros da Universidade de Brasília, e da Ordem dos Advogados do Brasil, instituição esta que designou um advogado para acompanhar o caso.

Esta articulação em prol da proteção dos remanescentes do HJKO, noticiada por parte dos jornais da época, tece a trama de uma leitura – e consequente interpretação – da ação protetiva. Ela é representada como sendo relevante e necessária, sendo fundamentada, dentre outros fatores, a partir do apoio destas instituições citadas, construindo também uma justificativa para a patrimonialização. Para entender melhor este aspecto, Ulpiano Bezerra de Meneses (2009) clarifica o funcionamento de atribuição de valores culturais a bens tombados. Conforme o autor,

falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprias das coisas em si (...), mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas etc., etc. – e, em suma, seus valores. (2015, p. 18)

As reportagens foram anexadas ao Processo de Tombamento como forma de demonstrar como os valores expressos por membros da sociedade civil, que iam de encontro à proteção legal dos remanescentes do HJKO, tinham relevância e deveriam ser interpretados como acertadas. Por exemplo, a adesão ao movimento do Instituto de Arquitetos do Brasil representou um suporte técnico e profissional à ideia. Já o apoio de professores da UnB veio para demonstrar que havia um real valor histórico naquele remanescente, enquanto a OAB trouxe embasamento jurídico ao tombamento, e atestou sua legalidade perante o órgão. Por fim, verifica-se ainda que Nilton Rosa não estava isolado frente à uma comunidade de moradores que lutavam sozinhos pelo tombamento do Hospital, mas sim que teve seus objetivos amparados por instituições tidas como respeitáveis.

O dossiê, apesar de não definir a futura utilização das instalações do HJKO em fase posterior ao tombamento, indica que elas deveriam abrigar algum equipamento urbano que viesse beneficiar toda a comunidade envolvida. Há neste trecho uma inclinação para destiná-lo ao turismo, quando explicita-se que “sua localização na entrada de Brasília, exatamente na confluência das duas principais rodovias de acesso à cidade, (...) em muito contribui para seu potencial turístico” (GDF, 1985, p. 13). No ofício que pede o tombamento sugeriu-se a retomada de suas funções originais, ao dizer que o Hospital “poderá e haverá de ser restaurado, e instalado um Posto de Saúde para atender a comunidade das imediações. Esta é a ideia” (GDF, 1985, p. 25). Já no Parecer da Fundação Nacional pró-Memória, que se

⁸ O Jornal “Última Hora/DF”, de 23 de setembro (ano indefinido), noticia o apoio recebido pela OAB, em que o presidente do órgão, Maurício Correa, designa um advogado para acompanhar Nilton Rosa. Outro jornal não identificado noticia que “Entidades pedem tombamento do HJKO”, citando o Instituto dos Arquitetos do Brasil (especialmente a figura de José Carlos Coutinho), a Associação Comercial do DF (citando o apoio de seu presidente, Lindeberg Aziz Cury) e o Departamento de História da Universidade de Brasília, citando Hamilton de Matos Monteiro, chefe de departamento. Ambos estão anexados ao Processo de Tombamento.

manifesta a favor da preservação do Conjunto, há um aconselhamento de que o destino das futuras instalações deveriam ser fruto de discussões com a comunidade em colaboração com Sphan, DePha e IAPAS. Mas antecipou que “a comunidade interessada adiantou que existem carências de equipamentos generalizados, inclusive da própria área de saúde, e qualquer solução atenderia igualmente as comunidades vizinhas” (GDF, 1985, p. 31).

O destino de funções do antigo Hospital, certamente, não se mostrava consensual. A narrativa de construção do discurso patrimonial presente na documentação, por sua vez, é focada nas justificativas para o tombamento. Estas, praticamente em unanimidade pelos interessados, remetem à memória da construção de Brasília e à representatividade do HJKO para a história popular deste período. As vozes construtoras do discurso de proteção, que terminou por considerar patrimônio o HJKO, foram revisitadas neste trabalho, o que nos permitiu uma análise de seus arranjos e de seus usos como meios justificadores. Afinal, a articulação de uma sociedade civil preocupada em proteger um patrimônio ligado à construção de Brasília estaria embasada em quais aspectos e em quais interesses? E mais ainda, como se deu a retomada de discursos pretéritos para reafirmar a importância do Hospital enquanto monumento histórico? E que discursos foram estes? Certamente a gama de representações que poderiam estar presentes nesta análise extrapola os limites da pesquisa. Nos propomos aqui a dar conta do resgate de alguns desses discursos que se fazem presentes na narrativa patrimonial, abrindo caminho para outras pesquisas que, futuramente, consigam dar prosseguimento no entendimento destas questões.



Figura 4: Museu Vivo da Memória Candango, antigo HJKO. Fonte: Roteiro dos Acampamentos de Obras do Distrito Federal, p. 39.

A DOCUMENTAÇÃO: O PROCESSO DE TOMBAMENTO DOS REMANESCENTES DO HJKO

Tendo como referência a discussão anteriormente apresentada, podemos perceber a importância de discursos impulsionado tanto pelo então presidente JK quanto por seus apoiadores e pela mídia para construção de uma versão da história. Este tópico, é focado no Processo de Tombamento e nas representações que foram reafirmadas para a construção do discurso patrimonial. Três pontos fundamentais são destaque nesta relação: a valorização da figura do candango que se empreendeu; a memória da construção de Brasília personificada pelos remanescentes; e as relações sociais, aparentemente democráticas, vinculadas aos acampamentos de obras.

Na apresentação do dossiê de tombamento, introduz-se o objeto, explicando a estrutura da documentação. Depois, conta que o hospital "foi o primeiro da nova capital, equipamento de importância fundamental para a dinâmica sócio-urbana da época" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 3) e "é um dos poucos testemunhos do *viver operário* que escreveu a história popular deste período" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 3, grifos nossos). Com esta apresentação, percebemos como será o teor do dossiê: uma reafirmação do discurso histórico promovido por JK e seus apoiadores. O tom segue ao longo das páginas do dossiê. No item justificativa destacaremos os dois primeiros pontos (*valor histórico* e *interação com a comunidade*), que trazem informações relevantes para a discussão. No subitem *valor histórico*, é destacado que o HJKO constituiria "elementos referenciais significativos na definição dos traços característicos da identidade local" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 12), e que "nenhum testemunho do viver comunitário e dos fatos que marcaram a construção de Brasília, ao nível popular, foi até hoje preservado como objeto de valor histórico" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 12). Aqui, mais uma vez, há a importância do caráter popular do HJKO, que representaria a identidade dos candangos. Já no subitem *HJKO e a comunidade*, temos um trecho retirado da ação popular, dizendo que ali "nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 12). Com esta fala, há a pretensão de se destacar o ato heroico vinculado ao candango, que morreu para que brasilienses pudessem nascer. De fato, as condições de trabalho e o ritmo acelerado de construção imposto aos trabalhadores ocasionou diversos acidentes de trabalho, ao que o HJKO foi testemunha. Em contrapartida, o sonho de Brasília se concretizava, já que nasciam também os primeiros brasilienses – também no HJKO. Este registro visa evocar a importância de preservação de um dos símbolos da trajetória dos candangos na construção de Brasília, destacando sua figura heroica e a imagem de epopeia vinculada ao período da construção.

A ação popular que pedia o impedimento de demolição do Hospital, assinada por Nilton Rosa, é um documento contendo cinco páginas, e se apropria de alguns tópicos da historiografia tradicional de Brasília para justificar a preservação do HJKO. Inicia-se glorificando a figura de JK, como "o saudoso presidente Juscelino Kubitschek", e também aponta a profecia de Dom Bosco, que teria inspirado o ex presidente na construção de Brasília. Logo em seguida, o protagonismo da história passa para os candangos, recordando algumas das construções realizadas (o Aeroporto provisório, o Catetinho, a Cidade Livre e,

por fim, o Hospital JKO). Há a lembrança de que "aqui nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 24), frase que foi também aproveitada para a feitura do dossiê de tombamento. Aqui, a frase é complementada com "cujo sangue foi dado em holocausto àquela geração emergente de uma nova era" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 24). Na Ação Popular, demonstra-se o caráter de sacrifício a que recorre o proponente em prol da justificativa para a não derrubada do símbolo desses candangos. É com um tom de indignação que a Ação Popular faz o apelo ao juiz. Depois de glorificar os grandes mitos de Brasília e depois trazer a figura dos heróis anônimos, os candangos, diz-se que "Agora, Senhor Juiz, conforme pode V. Exa. constatar pelas reportagens publicadas nos jornais da Capital, está o IAPAS permitindo a sua demolição" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 24). A lógica de argumentação é construída, então, trazendo de volta os símbolos e mitos incentivados pelo próprio Juscelino Kubitschek em torno de Brasília. A preservação daquele espaço, portanto, é destacada como um compromisso com a memória e com a própria continuação da mitologia que envolveu Brasília na época da construção.

Algumas matérias de jornal foram anexadas ao dossiê, nos trazendo uma parte dos conflitos e discussões empreendidas na época. Uma delas (sem nome do jornal e sem data), é a reportagem intitulada "Pioneiro pede tombamento do primeiro hospital do DF", que fala sobre o estado precário em que as instalações se encontravam e como a população ansiava por sua preservação. Observemos que próprio título, ao lançar mão do termo "pioneiro", já embasa um discurso que remonta à construção de Brasília: não se trata, conforme guia a interpretação da matéria, de um mero habitante do local, mas sim um *pioneiro*, representando aquela figura que foi parte responsável pelo sonho de Brasília.

Ainda sobre os jornais anexados, Nilton Rosa teria concedido algumas entrevistas, assim como outros moradores do HJKO. Além da explicação acerca da necessidade de preservar as edificações – recorrendo sempre à ideia de memória em perigo de destruição, há também, com um grau de denúncia, o abandono dos remanescentes do Hospital e o descaso com o patrimônio. Há ainda matérias que enfocam no apoio que a proposta de tombamento recebeu das instituições já citadas⁹, com entrevistas e opiniões de membros destes órgãos. Com raras exceções, a maior parte das matérias jornal anexadas demonstram apoio ao discurso patrimonial, replicando a imagem de valorização do candango como justificativa. Porém, o Jornal do Brasil, em reportagem de agosto de 1984, publicou uma matéria intitulada "Tombamentos em Brasília são causas de divergência", apresentando opiniões contrárias quanto à preservação dos remanescentes da construção. O arquiteto Raul Molinas, então chefe do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Educação do DF teria questionado o tombamento do HJKO, alegando que "o hospital é um barraco, e se é histórico é mórbido". Completa enfatizando que Brasília, durante sua construção, foi um imenso canteiro de obras, e que não se deveria considerar patrimônio todo barraco de madeira. Indo contra o consenso geral reproduzido por boa parte do dossiê, esta opinião contrária demonstra uma outra leitura da história, que nega a valorização do patrimônio da construção. A inclusão desta matéria de jornal no dossiê talvez tenha sido com o intuito de demonstrar que houve um embate de valores, e que a ameaça de

⁹ Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação Comercial do Distrito Federal, Universidade de Brasília e Ordem dos Advogados do Brasil.

destruição vivenciada pelo HJKO poderia se estender a todos os remanescentes caso opiniões contrárias ao tombamento se propagassem.

O período da construção de Brasília como sendo uma época de convivência social diversificada em um mesmo espaço, foi apontado anteriormente neste artigo e já problematizado em bibliografia específica¹⁰. O HJKO é apresentado no processo de tombamento como sendo um reflexo desta vivência, sendo tratado como um remanescente em que conviviam, no mesmo espaço, médicos, enfermeiros e trabalhadores da construção civil. O item *Histórico* é um dos mais relevantes no entendimento da apropriação do discurso de valorização das relações sociais presentes no período da construção. Ele contextualiza o HJKO quando era um hospital, apontando as ferramentas que lá existiam, como quantidade de leitos e unidades de atendimento. Aponta ainda o pessoal que trabalhava no hospital (número de médicos, enfermeiros, etc.) e uma ambulância: "a Baiana – numa analogia dos moradores: gorda, de roupa branca, com sirene escandalosa" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 5). A escolha em se retratar esta lembrança do modo como foram apresentadas evoca um senso de comunidade alegre e informal entre os moradores. Ainda nessa mesma perspectiva, o histórico conta como foi a construção do acampamento JKO, que "surgiu da necessidade de se construírem moradias para os funcionários" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 5) e que as residências "eram locadas de modo tal que, médico e enfermeiro, funcionário, diretor, todos partilhavam a mesma vizinhança e espaço comum" (DISTRITO FEDERAL, 1985 p. 5). Com esta indicação, o documento apoia-se numa memória de união entre pessoas de diferentes classes sociais, o que vinha a ser justamente uma das utopias de Brasília – em que uma superquadra teria desde o motorista ao burocrata do ministério.

Após a desativação do Hospital em 1973 e a tentativa de demolição pelo IAPAS, de acordo com a dossiê, houve a reação negativa da população. "Ressalte-se que este foi o primeiro caso de pedido de tombamento feito pelos próprios moradores de Brasília" (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 7). Este fator, destacado no histórico, dá um maior grau de importância para o conjunto JKO pelo fato de seu tombamento ter sido originado por demanda popular incitados por uma iminente destruição. Dominique Poulot afirma que "entre os vencidos da história, a preocupação em proteger determinado monumento do passado, sinal de uma diferença quase ontológica, incrementou um sentido do passado que, pelo contrário, se tornou valor de resistência" (POULOT, 2009, p. 36). É assim que a trajetória de proteção pela comunidade é retratada no caso em análise, como um valor de resistência à sua derrubada e à consequente destruição da memória.

O HJKO foi tombado em 1985, mas nem todas as reivindicações da comunidade foram atendidas. Nota-se que a Ação Popular incita que a proposta seria a recuperação do espaço para a construção de um posto de saúde. Todavia, no dossiê, em nenhum momento há a revelação do que será feito dos remanescentes do HJKO e como sua nova finalidade irá se integrar com a comunidade. Existem apenas pistas de como as futuras instalações deveriam ser pensadas, em favor da comunidade e destacando uma provável vocação turística.

¹⁰ Epstein (1973), Vianna (2016).

Concluindo esta análise da gama de discursos e intenções de preservação do HJKO, indagamo-nos o que de fato foi preservado. Seria a figura do candango aos moldes do discurso oficial? Nesta linha de raciocínio, Meneses (2009) observa a dicotomia entre *Diversidade Cultural* e *Diferença Cultural*. O autor cita Homi Bhabha, estudioso indiano, para argumentar que nossa tradição ocidental “tornou pacífica e generalizada a ideia de que as culturas são diversas e que, de certo modo, a diversidade das culturas é algo bom e positivo e deveria ser automaticamente endossada.” (MENESES, 2009, p. 37). Porém, conforme lembra o autor, a apreciação que as sociedades ocidentais dispense a essa diversidade relaciona-se muito mais a uma espécie de “museu imaginário”, nas palavras do autor, do que de fato apreciar as diferenças culturais. Há, no caso em análise, a valorização de uma edificação ligada ao candango enquanto um dos discursos que atestam a importância da monumentalidade de Brasília. Deste modo, a construção da narrativa acerca do lugar do candango no patrimônio do Distrito Federal estaria diretamente ligado a um discurso oficial, que exalta a monumentalidade de Brasília para justificar a importância da memória operária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como buscamos ressaltar, o processo de tombamento retoma a valorização do candango cunhada pela mídia e por JK, além de resgatar algumas ideias que remetem à uma ambiência positiva nos acampamentos de obras de Brasília. É por meio destes símbolos que a valorização do candango, que promoveu em parte um discurso de apoio a JK, legitima também a proteção do HJKO. Deste modo, o IAPAS, que tentou derrubar o que restava do hospital, seria a instituição que se voltaria contra a memória da construção de Brasília, contra os candangos e, em última instância, contra a própria figura de JK. As instituições patrimoniais, ao contrário, protegem estas imagens e a reforçam enquanto memória coletiva. Do mesmo modo que se vinculava, à época da construção de Brasília, a ideia de que quem fosse contra a empreitada seria contra o Brasil, aqui também podemos pensar neste paralelo. Pode ser que um dos apelos para justificar a preservação seja de que quem fosse contra a preservação do HJKO, seria contra os candangos: figura já sacralizada por JK. Ainda assim, a justificativa é sempre a valorização da construção de Brasília, ou seja, da obra monumental, não se tratando de uma espécie de história paralela, mas uma expansão da história hegemônica para agregar o personagem do candango.

O Iphan reconhece a legitimidade de preservação não apenas do HJKO, mas dos demais remanescentes dos acampamentos de obras. De acordo com Vianna (2016), “o período da construção de Brasília marcou um momento peculiar da história do Brasil, e a preservação da memória deste fato histórico é de fundamental importância para o acompanhamento do processo evolutivo da nova capital do país” (VIANNA, 2016, p. 136). O Iphan, desta maneira, demonstra incentivar a valorização e preservação desta *memória candanga*, que foi uma das bases para justificar também o tombamento do Plano Piloto de Brasília. É importante destacar que a trajetória que culmina no tombamento de um bem não corresponde a uma simples relação de causa e efeito, já que abrange discursos conflitantes e contraditórios. Estes discursos, como foi observado no caso em análise, se sustentam em uma linha de raciocínio única, apoiando-se em uma versão da história, a fim de justificar a relevância do bem.

Todo patrimônio é uma escolha. Depende de questões tanto políticas quanto sociais, e conforme advertiu Jacques Le Goff: “o que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica” (apud FUNARI E PELEGRINI, 2006, p. 44). Analisando-se o contexto do HJKO, podemos pensar como, historicamente, o tombamento foi consequência tanto da valorização de uma memória popular quanto o reforço da necessidade de representação do candango no discurso oficial da construção de Brasília. O discurso de JK de valorização do candango, de um modo ou de outro, influenciou na construção da memória coletiva em torno do tombamento do HJKO, assim como o impulso preservacionista da comunidade. As instituições que apoiavam o tombamento, deste modo, agiram intencionalmente ao resgatar os mitos de Brasília para justificar a proteção deste bem.

O tombamento dos remanescentes do HJKO apresentou-se como uma vitória para a comunidade, que manteve sua memória preservada. As intenções para preservação, além de da memória, estão envoltas em uma malha de interesses diversos, que este trabalho não poderia esmiuçar. Os então moradores, conforme já foi exposto, desejavam sair do local, mas defendiam o tombamento do conjunto, motivados, entre outros motivos, pela possibilidade de que o local voltasse a ser um Posto de Saúde. As instituições apoiadoras da causa patrimonial, envoltas nas discussões que versavam sobre o tombamento de Brasília, tinham nos remanescentes do HJKO uma das bases para justificar o tombamento do Plano Piloto. As justificativas alavancadas para tal estão imersas na mitologia da construção de Brasília e na preservação da memória do candango.

É fato que o processo de tombamento termina em glória: a última página é a publicação no Diário Oficial, ato que oficializa o local como patrimônio. As destinações das futuras instalações, se tomarmos como base apenas o dossiê, ficam em aberto. Em 1986 a sede do DePHA foi transferida para o local, tendo sido realizadas ações de restauração do Conjunto para a implantação do museu. A valorização da memória candanga já estava presente no processo, e daí parece lógica a transformação em museu. Atualmente ele conta com exposições, temporárias e permanentes, que trazem objetos e fotografias da época da construção de Brasília, sempre vinculados aos candangos. Transformado em museu, o lugar do candango no patrimônio do DF parece estar consolidado em um espaço de preservação de sua memória e de sua história, mas vinculada a um sonho maior que se apresenta como unânime: a construção de Brasília.

REFERÊNCIAS

- DISTRITO FEDERAL. *Processo de tombamento: nº 13553/83 – GDF*. Inscrição no Livro de Tombo: GDF: Livro III – Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos – DePHA/GDF, folha 001, inscrição nº 001, em 18/11/91.
- EPSTEIN, David. *Brasília: plan and reality. A study of planned and spontaneous urban development*. Los Angeles: University of California Press, 1973.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GABRIELE, Maria Cecília Filgueiras Lima. *Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania*. Museu Vivo da Memória Candanga. Maria Cecília Filgueiras Lima Gabriele. Tese de doutorado. Orientador: Professor Doutor José Diogo da Silva Mateus. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Departamento de Museologia. Lisboa, 2012.

GABRIELE, Maria Cecília Filgueiras Lima. *O Patrimônio construído trabalhado como acervo no Museu Vivo da Memória Candanga*. In Asensio, Sabino, Asenjo & Castro (Eds.) (2012) SIAM. Series Iberoamericanas de Museología. Vol. 8.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Superintendência do Iphan no Distrito Federal; organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo; texto Briane Panitz Bicca et al. – Brasília-DF, 2016.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal; organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto, José Mauro de Barros Gabriel. – Brasília-DF, 2016.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

LE GOFF, Jacques. *História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al]*. – 5a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas in Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural : Sistema Nacional de Patrimônio Cultural : desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF : Iphan, 2015. P. 25-39.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; ARANTES NETO, Antonio Augusto; CARVALHO, Edgard de Assis; MAGNANI, José Guilherme Cantor; AZEVEDO, Paulo Ormino David de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. *Patrimônio : atualizando o debate* [S.l: s.n.], 2006.

Perpétuo, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília / Thiago Pereira Perpétuo* – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

- Poulot, Dominique, 1956-. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores* / Dominique Poulot ; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. – São Paulo : Estação Liberdade, 2009.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília* / Gustavo Lins Ribeiro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. Annablume, 2004.
- VIANNA, Márcio. Conjuntos representativos da época da construção de Brasília. In *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do Iphan no Distrito Federal; organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo; texto Briane Panitz Bicca et al. – Brasília-DF, 2016.
- VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)* / Laurent Vidal; tradução, Florence Marie Dravet. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- Videsott, Luisa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história (Catálogo USP)* / Luisa Videsott. Unidade da USP, Escola de Engenharia de São Carlos. Tese de doutorado. Área do Conhecimento: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo Data de Defesa: 2009-12-08. Orientador: Andrade, Carlos Roberto Monteiro de. Imprensa São Carlos, 2009.